Livro no. 5 Folha 189 Ricardo Hourt Farmer Jonealer



## MUNICÍPIO DE TERRAS DE BOURO

**QUADRIÉNIO 2009/2012** 

ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

2010/08/16

2

Aos dezasseis dias do mês de Agosto do ano dois mil e dez, pelas dezassete horas, nos Paços do Concelho, realizou-se a Assembleia Municipal de Terras de Bouro que reuniu em
Pacos do Concelho, realizatuse a Assembleia Municipal de Terras de Rouro que reuniu em
raços do conceino, realizod-se a Assembleia Municipal de Terras de Bouro que reuma em
sessão extraordinária, com a seguinte Ordem de Trabalhos:
Ponto um – Análise e votação de alteração ao Mapa de Pessoal
Assumiu a Presidência da Mesa o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Doutor Ricardo
Manuel Ferreira Gonçalves, e o Senhor Avelino José Antunes Soares assumiu o lugar de
Primeiro Secretário, sendo o lugar de Segundo Secretário assumido pelo Senhor Guilherme
Coelho Alves
Estiveram na sessão, a representar a Câmara Municipal, o Presidente efectivo, Doutor Joaquim
José Cracel Viana, e o Vereador Doutor António Afonso. Estiveram ainda presentes os
membros constantes do livro de presenças em uso nesta Assembleia, num total de trinta e
dois, tendo-se verificado as faltas dos Senhores(a) Deputados(a) Elisa Lameira Antunes,
Agostinho Moura e Vítor Manuel Abreu Fernandes, sendo este substituído pelo Senhor Alberto
Gonçalves
Comprovada a existência de "Quórum", o Presidente da Mesa declarou aberta a Sessão
Período Antes da Ordem do Dia
O Senhor Presidente da Assembleia Municipal propôs a aprovação de um voto público de
agradecimento a todos aqueles que estiveram no combate aos incêndios no Concelho
Relativamente a este ponto, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu que pretende
encontrar soluções de forma a evitar que estes cenários de destruição causados pelos
incêndios se repitam no futuro, já que a área ardida é enorme e trata-se de um problema grave
que merece ser abordado sem demagogias, referindo que, embora tenhamos mais meios de
combate aos incêndios, temos de tomar medidas que passem pela prevenção, pois, neste
momento, os pastores atravessam graves dificuldades para obterem pastos para os seus
animais e a área ardida é imensa
Face às condicionantes impostas pelo Parque Nacional da Peneda-Gerês(PNPG) e Instituto de
Conservação da Natureza (ICNB), será muito difícil tomar medidas que permitam evitar estes
cenários futuramente, já que o PNPG e o ICNB não autorizam o corte de árvores, bem como a
abertura de caminhos para que os meios de combate a incêndios possam, mais rapidamente
chegar ao local de incêndio

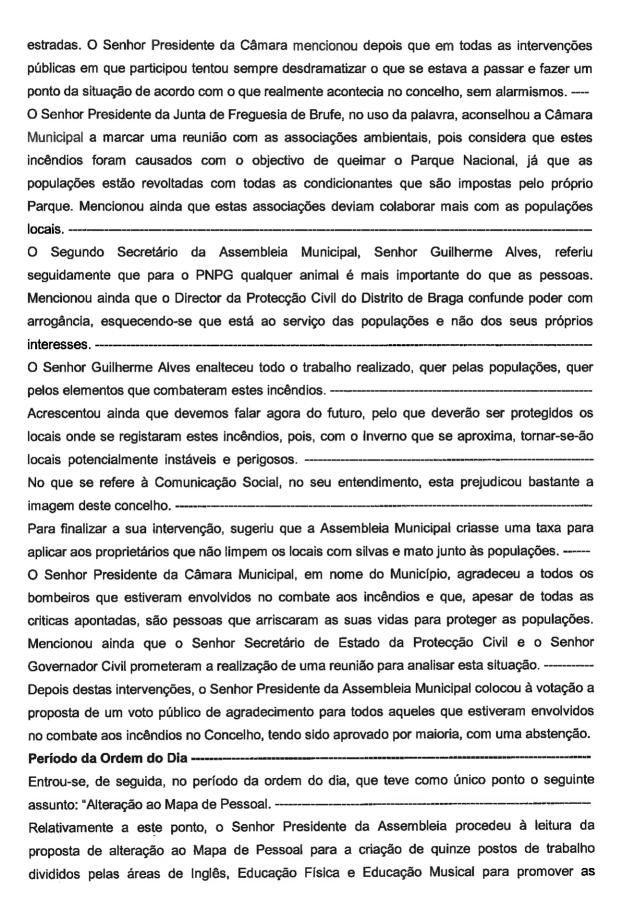
Livro nº. 5 Folha 190 Recendr Hamed Ferrer Jonesher

Perante estes factos, o Senhor Presidente da Assembleia solicitou a intervenção do Senhor Presidente da Câmara pois é o autarca que se encontra mais próximo das populações, no sentido de encontrar soluções e prestar a ajuda que for necessária. ----Aproveitou ainda para elogiar todo o trabalho desenvolvido pelo Senhor Presidente da Câmara durante os incêndios, já que disponibilizou todo o apoio logístico possível, tendo-se revelado de extrema importância para o combate aos incêndios. ------Referiu ainda o Senhor Presidente da Assembleia que no dia de hoje decorreu uma reunião entre o Senhor Presidente da Câmara, os deputados do Partido Socialista (PS) eleitos por Braga e o Secretário de Estado do Ambiente para avaliarem as situações resultantes dos incêndios que assolaram o concelho e debater ainda o Plano de Ordenamento do PNPG, tendo acrescentando que, da parte da manhã, reuniram também com o Senhor Director do Parque, que referiu ter efectuado limpezas numa área de um por cento do Parque e fez seis cortafogos, o que, no seu entendimento, está completamente afastado da realidade, já que tendo em conta a dimensão do Parque "é caso para dizer que nada foi feito e é necessário fazer muito mais", -----O Senhor Deputado Municipal Manuel Aguiar Campos, no uso da palavra, aproveitou para questionar como é que o Município irá suportar as despesas efectuadas pelos elementos que estiveram a combater os incêndios. -O Senhor Presidente da Câmara esclareceu que a Câmara Municipal tem de dar resposta às solicitações efectuadas pelos comandos operacionais, providenciando quer o fornecimento de alimentos para os elementos que combatem os incêndios, quer o fornecimento de combustível para as viaturas utilizadas nos combates aos mesmos. Relativamente ao controlo das despesas efectuadas, este ficou a cargo dos vários funcionários do Município que auxiliaram a Protecção Civil Municipal. As despesas serão suportadas pelo Governo Civil de Braga, pelos Bombeiros e uma parte pela autarquia. -----O Senhor Presidente tem noção que a despesa suportada pelo Município é grande, mas espera que o Município venha a ser ressarcido a seu tempo. ----O Senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu que o Senhor Governador Civil acompanhou de perto esta situação e aproveitou ainda para fazer um apelo a todos os presentes para que cooperem futuramente de forma a aumentar a prevenção dos incêndios, ---O Senhor Deputado Vitor Mendes, no uso da palavra, começou por manifestar solidariedade para com a população do concelho pelos prejuízos económicos e ambientais que sofreram. ----Foi ainda referido por este Deputado que a gestão das áreas protegidas não tem sido a melhor, a floresta está abandonada e investe-se, sobretudo, no combate aos incêndios, quando na verdade se devia investir mais na prevenção através da sensibilização das populações para a limpeza das matas, abertura de mais acessos para que os meios de combate possam chegar mais rapidamente às áreas a intervir, colocação de mais fiscalização no terreno e as entidades responsáveis pela gestão do Parque deviam providenciar a limpeza da área protegida. ------

Neste sentido, o Senhor Deputado defende que a Assembleia Municipal deverá, junto do poder central, solicitar que sejam tomadas medidas para evitar situações dramáticas como aquelas a que todos assistimos. --O Senhor Deputado finalizou a sua intervenção elogiando a atitude dos bombeiros e a prontidão e empenho com que actuaram face ao trabalho exaustivo a que estiveram sujeitos durante o árduo combate aos incêndios. -----O Senhor Deputado Américo Pereira interveio seguidamente e destacou que já se banalizou a forma de actuação perante esta problemática dos incêndios, dado que os sucessivos governos só demonstram a sua preocupação enquanto o problema existe, nas épocas quentes e secas, para logo se esquecerem até à época seguinte. Deste modo, continuamos a agir de forma a tentar debelar uma "doença" já existente, que cada vez mais se agrava, e não de forma preventiva. Lembrou que estamos a pagar sucessivos erros graves de ordenamento da floresta, que remontam ao rei D.Dinis, aquando da introdução massiva de pinhais e que se foram gradualmente agravando através da introdução de novas espécies exóticas, em detrimento da aposta na preservação e expansão da mancha florestal com as espécies autóctones. Se continuarmos a actuar como o avestruz, enterrando a cabeça na areia e deixando o resto de fora, nunca resolveremos problema nenhum, nunca teremos uma floresta sustentável e continuaremos a esbanjar dinheiros públicos num combate que nunca terá tréguas. O erro não está na capacidade e qualidade da intervenção, nesta matéria, mas sim na ausência de tomada de medidas urgentes na inversão dos factores que conduzem ao problema. Referiu também que esta Assembleia, com o presente debate está a incorrer no mesmo erro que as entidades governamentais, ao preocupar-se mais com a discussão acerca do "espectáculo" que nos rodeou e envolveu, com os reflexos imediatos e comezinhos, e não a apontar e a exigir a introdução de políticas que possam, a médio e a longo prazo, alterar o estado de coisas relativamente a um ordenamento florestal caótico e desastroso. ------O Senhor Deputado Alexandre Pereira, na intervenção seguinte, referiu que a atitude do Senhor Director do Parque Nacional é lamentável, pelo que não deveria continuar a ocupar aquele lugar. Considera ainda que deveria ser aumentado o investimento ao nível da prevenção dos incêndios, através da colocação no terreno de guardas florestais e vigias para que sejam dadas respostas mais rapidamente ao nível da detecção de incêndios e accionamento dos meios necessários ao seu combate, evitando-se desta forma que os mesmos atinjam as dimensões verificadas. -----O Senhor Presidente da Junta de Freguesia do Campo do Gerês interveio logo depois e evidenciou a necessidade de serem criadas outras forças de combate para além dos bombeiros. ---Quanto à forma de actuação dos elementos de combate aos fogos, referiu o mesmo Presidente da Junta de Freguesia que não está correcta, pois, quando chegam ao local do incêndio,

Livro nº. 5 Folha 191 Ricardo Homed Lessin Josephin

deveriam começar imediatamente a acção e não ficarem a aguardar ordens superiores que por vezes tardam. -----Relativamente à Direcção do PNPG, defende que esta deveria ouvir mais as populações locais em vez da atitude de autoritarismo que demonstra face às questões que lhe são colocadas, apontando, como exemplo, o facto de haver vários pedidos de moradores da freguesia do Campo do Gerês no sentido de efectuarem queimadas controladas e que até ao momento não obtiveram qualquer resposta por parte do ICNB. ----Referiu-se ainda ao fanatismo dos técnicos do Parque que, no seu entendimento, dão mais importância a uma árvore morta do que a uma pessoa. -----Por fim, referiu o mesmo Presidente da Junta de Freguesia que o Parque Nacional está num completo estado de abandono e as Juntas de Freguesia nada podem fazer. A proibição de extracção de inertes não interfere na abertura de caminhos e na consequente possibilidade de passagem de veículos que muito facilitaria o combate em caso de incêndios. -----O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vilar da Veiga interveio logo depois para dizer que os meios aéreos falharam, assim como o comando das operações, já que tivemos um Comandante de Esposende a comandar esta zona, quando não conhece o local. Referiu ainda que devemos dar mais meios e mais poder aos nossos bombeiros. -----O Senhor Presidente da Junta Freguesia de Vilar da Veiga terminou a sua intervenção, referindo que todo o aparato criado pela Guarda Nacional Republicana (GNR) prejudicou o acesso ao Gerês e a decisão de evacuar o Parque de Campismo do Vidoeiro foi precipitada. A comunicação social também falhou porque passou uma imagem errada do que se estava a passar no Gerês, fazendo com que a zona fosse abandonado pelos turistas. ---A Senhora Deputada Filomena Araújo mencionou depois que houve um dramatismo exagerado de toda a situação que envolveu os incêndios no Gerês, o que levou a que uma grande parte dos turistas tivesse abandonado a área e outros tivessem desmarcado as suas férias neste local, propondo que o Senhor Presidente da Câmara fizesse uma conferência de impressa para tranquilizar, quer a população local, quer os turistas. -----Neste sentido, o Senhor Presidente da Câmara esclareceu que foi o comandante das operações que o aconselhou a activar o Plano de Emergência Municipal devido à enorme nuvem de fumo que se abatia sobre o Gerês, pelo que poderia haver necessidade de distribuir máscaras de protecção ou até de evacuar pessoas. Aproveitou ainda para manifestar publicamente o seu agradecimento aos Bombeiros e à Cruz Vermelha Portuguesa (CVP) por terem colocado de imediato meios no local a fim de dar resposta às possíveis situações de emergência que eventualmente surgissem. Aproveitou ainda para realçar que, ao accionar todos os meios, pretendeu antes "pecar por excesso do que por defeito". O Senhor Presidente esclareceu também que não foi da sua responsabilidade mandar evacuar o Parque de Campismo do Vidoeiro e proceder ao corte de estradas, tendo sido a direcção do parque de campismo a achar conveniente tomar essa posição para evitar situações de perigo para os campistas, sendo que foi o comando das operações que solicitou à GNR o corte de algumas



Livro nº. 5 Folha 192 Ricardo Named Ferrira Jongalisa

actividades de enriquecimento curricular do próximo ano lectivo, tendo sido referida a dificuldade de colocação dos professores em consequência do horário de trabalho. ------Sobre este assunto pediu a palavra o Senhor Deputado Municipal Américo Pereira e, após autorização da mesa, questionou como foi obtido o número de postos de trabalho a criar, quais os moldes em que irão ser contratados e se serão contratados como técnicos superiores. -----O Senhor Presidente da Assembleia solicitou ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que se pronunciasse sobre o assunto, tendo o mesmo respondido que este número de quinze professores foi o indicado pela Direcção do Agrupamento de Escolas de Terras de Bouro. Serão colocados cinco professores a leccionar Inglês, cinco professores a leccionar Educação Física e cinco professores a leccionar Educação Musical, já que o ensino da música será financiado em cem por cento pelo Ministério da Educação. Acrescentou ainda que as escolas têm o seu horário normal de funcionamento e estas actividades são essencialmente ao final do dia, não sendo possível ter professores simultaneamente em todas as escolas que compõem o Agrupamento, facto esse que obriga a contratar professores para dar aulas durante apenas algumas horas. -----Quanto à forma de contratação, será feita na forma de técnicos superiores, pois será mais vantajoso para os alunos serem acompanhados por pessoas com maior qualificação académica e pedagógica. O pagamento a esses professores será feito à hora e a abertura do concurso far-se-á através da sua publicação na plataforma do Município para que, no princípio de Setembro, sejam seleccionados de forma a não afectar o normal início do ano lectivo. No que toca à definição dos horários, ficará a cargo da Direcção do Agrupamento de Escolas. ----O Senhor Presidente da Câmara Municipal finalizou, referindo que esta é a solução possível para resolver esta situação já que a Escola Profissional Amar Terra Verde se mostrou indisponível para continuar a prestar este apoio ao Município na área das actividades de enriquecimento curricular e se tal não se tivesse verificado não teria sido necessário recorrer a estas contratações. ---O Senhor Presidente da Assembleia questionou se existiam declarações de voto, tendo sido apresentado uma declaração de voto pelos deputados eleitos pelo Partido Social Democrata (PSD), cujo teor fará parte integrante da presente acta. ----'Declaração de Voto-Os deputados eleitos pelo PSD entendem que, pela gravidade da situação de o executivo em permanência não ter acautelado, atempadamente, o início do próximo ano lectivo, deveriam votar contra esta proposta. Todavia, conscientes das suas responsabilidades políticas e cumprindo o seu compromisso de fazer uma oposição responsável, optam pela abstenção. Não podem, no entanto, deixar de lamentar a incapacidade do executivo socialista em prepara, em seu devido tempo, o ano lectivo, obrigando, assim, esta Assembleia a reunir extraordinariamente, o que acarreta, não só um enorme transtorno para os seus elementos que se encontram, maioritariamente, em gozo de férias - muitos longe da sua residência, mas também custos acrescidos para o erário municipal. -----

Acresce referir que o Sr. Presidente é um distinto professor com larga experiência e o seu vice-
presidente desempenha funções de vereador desde Janeiro de 2005
Os executivos anteriores do PSD sempre acautelaram o lançamento do ano lectivo, sendo,
inclusive, elogiados pela Direcção Regional de Educação do Norte, como dos poucos
Municípios que conseguiam iniciar as aulas do 1ºciclo com todas as valências a funcionar a
100%, nomadamente, as Actividades de Enriquecimento Curricular. Um trabalho realizado,
essencialmente, pelo Chefe de Gabinete do Presidente da Câmara Municipal, Dr. Manuel
Pereira, que, devido à sua competência e capacidade de trabalho sempre foi muito criticado
pela oposição socialista"
Terras de Bouro, 16 de Agosto de 2010
()
aaz-z-z-z-z-z-z-z-z-z-z-z-z-z-z-z-z
Após a apresentação desta declaração de voto, usou da palavra o Senhor Presidente da
Câmara para referir que, face à recente renúncia por parte da Escola Profissional Amar Terra
Verde em organizar as actividades de enriquecimento curricular, não restava outra alternativa
senão convocar esta reunião e proceder à alteração do mapa de pessoal para que seja
possível à Câmara Municipal contratar professores e preparar com tempo o ano lectivo.
Haveria outra manèira de o fazer? – Perguntou
Foi ainda apresentada uma declaração de voto pelo Senhor Deputado Alexandre Pereira,
referindo que dada a larga experiência do Senhor Presidente da Câmara Municipal como
professor deixa ao seu cuidado a decisão de contratação destes professores
Colocado de seguida à votação pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, o ponto Um
da Ordem de Trabalhos foi aprovado por maioria com dez abstenções
E nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada a
sessão, eram dezanove horas e quarenta minutos, da qual se lavrou a presente acta que,
depois de lida, discutida e aprovada, vai ser assinada pelo Senhor Presidente e por mim que a
secretariei.

O Presidente da Assembleia Municipal

Riparda gonfalies

A Secretária

dia lanca Loss Over